

MAPEANDO DESAFIOS: PERCEPÇÕES DE PESQUISADORES SOBRE PESQUISAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA UEM

Lucas Eugênio de Lima Borsato (PIBIC/CNPq/UEM), Eliane Rose Maio (Orientadora)
– E-mail: ermaio@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá – PR

Área e subárea do conhecimento: Psicologia/Psicologia Social Crítica e Estudos de Gênero

Palavras-chave: produção científica; teoria queer; psicologia social crítica

RESUMO

Entre 2022 e 2025, apenas 4,6% dos projetos cadastrados na SGP/UEM contemplaram de forma direta ou tangencial os temas de gênero e sexualidade. Esse levantamento considerou múltiplas modalidades de pesquisa e ação acadêmica — incluindo iniciação científica (PIBIC, PIBIC-AF, PIBIC-EM, IC-Balcão, IC-Jr), projetos docentes, PIC, propostas de ensino e extensão. Tal dado revela a baixa representatividade da temática frente ao conjunto da produção científica e acadêmica da instituição. O objetivo desta investigação é compreender os percursos e obstáculos enfrentados por pesquisadores que se dedicam a esse campo, por meio de levantamento documental complementado pela aplicação de formulário eletrônico. A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório, estruturada como estudo de casos múltiplos. Os resultados parciais apontam concentração de produções nas áreas da saúde — sobretudo saúde coletiva, saúde da mulher, epidemiologia e saúde mental — e da educação, principalmente pedagogia e formação docente. Em contrapartida, observa-se distanciamento quase absoluto em áreas como direito, ciências exatas e tecnológicas. Argumenta-se que esse quadro decorre de resistências institucionais, silenciamentos ideológicos e tensões epistemológicas em torno da legitimidade dos estudos de gênero, frequentemente situados em posição marginal dentro da universidade. As constatações reforçam a necessidade de ampliar os espaços interdisciplinares, superar perspectivas essencialistas e fortalecer abordagens críticas que articulem psicologia, teoria queer e saúde coletiva. Conclui-se, ainda de forma parcial, que o desafio central não reside apenas em ampliar a quantidade de produções, mas em sustentar epistemologias contra-hegemônicas capazes de romper com silêncios institucionais e normatividades acadêmicas, contribuindo para uma ciência mais plural e socialmente comprometida.

INTRODUÇÃO

A ciência costuma ser idealizada como neutra e objetiva, mas, na prática, é atravessada por valores, ideologias e disputas de poder (Chalmers, 1993; Chauí,

1980). Essa dimensão política fica evidente em movimentos como o ACT UP, nos Estados Unidos e no Brasil, que demonstraram que a produção de conhecimento nunca se limita ao campo técnico: pesquisas sobre HIV/AIDS só avançaram porque foram tensionadas por pressões da militância diante da omissão estatal, revelando como a ciência é moldada por embates sociais e políticos (Green, 2000; Quinalha, 2022).

Nos estudos de gênero e sexualidade, esse tensionamento se torna ainda mais nítido. Sua trajetória acadêmica tem sido marcada por silenciamentos institucionais, resistências epistemológicas e disputas em torno de sua legitimidade (Ranniery, 2017). O levantamento de dados realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), entre 2022 e 2025, mostra a dimensão desse cenário: apenas 4,6% das produções cadastradas em diferentes modalidades de pesquisa e ensino tangenciaram essas temáticas. Foram mapeados programas como PIBIC, PIBIC-AF, PIBIC-EM, IC-Balcão, PIC, projetos docentes e de extensão – sem considerar, contudo, a pós-graduação.

O campo da formação de professores ilustra bem essas contradições. Embora existam avanços, como a inserção de debates sobre gênero e sexualidade no ensino de ciências e em políticas de capacitação docente (Soares; Monteiro, 2019), sua efetivação ainda depende quase exclusivamente da iniciativa individual dos educadores, o que fragiliza o caráter institucional das transformações necessárias. Essa dinâmica expressa o que Chauí (1980) define como ideologia: a naturalização de hierarquias sociais e epistêmicas que mantêm certas áreas do saber em posição subalterna.

Dessa forma, mais do que constatar a baixa representatividade quantitativa, é preciso investigar os mecanismos que sustentam essa marginalização. A persistência de epistemologias dominantes reforça normatividades acadêmicas e bloqueia perspectivas contra-hegemônicas. Fortalecer a interface entre psicologia, saúde coletiva e Teoria *Queer*, assim como ampliar os espaços interdisciplinares, configura-se, portanto, não apenas como um desafio, mas como uma tarefa política para a construção de uma ciência socialmente comprometida e plural.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, que combina duas etapas: (a) levantamento quantitativo das pesquisas cadastradas na SGP/UEM entre 2022 e 2025, identificando aquelas que envolvem gênero e sexualidade; (b) aplicação de formulário eletrônico (Google Forms) direcionado aos pesquisadores responsáveis por esses projetos, visando mapear percepções, dificuldades e estratégias relacionadas ao desenvolvimento de estudos sobre gênero e sexualidade na instituição. A análise será fundamentada em referenciais críticos da psicologia social, dos estudos queer e da teoria crítica da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento de dados realizado na UEM entre 2022 e 2025 revelou que, dos 2.159 projetos cadastrados em diferentes modalidades de pesquisa e ensino, apenas 99 (4,6%) tangenciaram questões relacionadas a gênero e sexualidade. A concentração é nítida: saúde coletiva, saúde da mulher, epidemiologia, saúde mental e pedagogia. Em contrapartida, áreas como psicologia, direito, ciências exatas e tecnológicas apresentam um silêncio quase absoluto. Esse dado, por si só, já denuncia a marginalização do tema, considerando sua transversalidade nas dinâmicas sociais e acadêmicas contemporâneas.

A análise também mostra que a autoria e orientação desses projetos estão fortemente concentradas. Em três anos, apenas 14 pesquisas foram conduzidas diretamente por docentes da instituição, o que revela um corpo de orientadores extremamente restrito. Muitos trabalhos, inclusive, se repetem sob a coordenação dos mesmos professores, sinalizando que o campo depende da atuação de poucos nomes isolados. Esse dado fragiliza a sustentabilidade da área, pois a consolidação de uma linha de pesquisa exige diversidade de vozes e continuidade institucional.

No que se refere ao financiamento, a situação é igualmente limitante: das 99 pesquisas identificadas, somente 67 receberam bolsa, o que evidencia um financiamento desigual e insuficiente para garantir condições equânimes de desenvolvimento. Em outras palavras, a UEM não apenas produz pouco em gênero e sexualidade, como também investe menos quando essas pesquisas finalmente emergem.

Mais do que uma lacuna, esse padrão expressa uma escolha institucional e política. As temáticas de gênero e sexualidade emergem apenas quando enquadradas sob o discurso da patologia, do risco ou da violência — estudos sobre HIV/AIDS, gravidez na adolescência, violência doméstica ou populações “vulneráveis”. Assim, a universidade legitima tais pesquisas quando associadas à lógica da doença e do problema social, mas relega ao esquecimento os trabalhos que poderiam revelar potencialidades, produções culturais, políticas de resistência, afetos e modos de existência da comunidade LGBTQIAPN+. A vida dessa população só parece digna de atenção acadêmica quando atravessada pela dor.

Esse recorte reducionista não decorre apenas de preferências individuais de pesquisadores, mas de um arranjo institucional mais amplo. Como observa Chauí (1980), a ideologia naturaliza hierarquias, tornando invisível o que poderia contestar a ordem estabelecida. Na UEM, isso se traduz em barreiras burocráticas e morais: fragmentação de registros, ausência de políticas que incentivem a interdisciplinaridade, dificuldades de financiamento e um clima de deslegitimação que leva à autocensura. Some-se a isso a inexistência de espaços institucionais consistentes para que pesquisadores se encontrem, troquem experiências e consolidem redes de apoio, e tem-se um campo acadêmico fragilizado e disperso.

O resultado é um duplo movimento: de um lado, a concentração em áreas “autorizadas”, como saúde e educação, em que gênero e sexualidade podem ser enquadrados sob a lógica da prevenção ou da pedagogia; de outro, o silenciamento sistemático nas demais áreas, que cristaliza fronteiras disciplinares, restringe a pluralidade epistêmica e perpetua a dependência de poucos pesquisadores. Esse arranjo produz uma ciência parcial, que reafirma violências simbólicas ao negar

legitimidade às epistemologias contra-hegemônicas e às narrativas que escapam ao enquadramento biomédico ou pedagógico.

CONCLUSÕES

Os dados parciais revelam que a UEM não escapa ao cenário nacional: pesquisas em gênero e sexualidade seguem periféricas, restritas a poucos campos e quase sempre associadas a narrativas de risco, violência ou doença. Essa limitação não é apenas metodológica, mas simbólica e institucional, marcada por burocracias que isolam pesquisadores, resistências que deslegitimam epistemologias críticas e uma moral acadêmica que regula quais saberes podem existir. Conclui-se, portanto, que não basta ampliar numericamente a produção – é preciso redesenhar o espaço institucional. Isso significa criar fomento dedicado, favorecer redes interdisciplinares e reconhecer explicitamente epistemologias contra-hegemônicas. Só assim será possível deslocar o olhar da universidade, para que gênero e sexualidade deixem de ser estudados apenas onde há dor e passem a ser reconhecidos também onde há vida, potência e invenção de novos modos de existir.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Maringá, ao CNPq pelo financiamento PIBIC e à orientadora Prof^a. Dra. Eliane Rose Maio, pelo acompanhamento e suporte acadêmico.

REFERÊNCIAS

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência afinal?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

GREEN, James N. **Além do Carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. São Paulo: Autêntica, 2022.

RANNIERY, Thiago. No balanço da “teoria queer” em educação: silêncios, tensões e desafios. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 25, p. 19-48, 2017.

SOARES, Zilene P.; MONTEIRO, Simone S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019.